

o correto, as recomendações, alertando para aquilo que deva ser cumprido.

Eu apelo ao Estado, aos demais poderes, porque a recomendação é no sentido de se corrigir pequenas rotas para que amanhã, ou no ano seguinte, no momento de um pleito eleitoral, com tantas forças disputando, não possa parecer a posição do Tribunal de Contas do Estado política, porque as recomendações repetidas ao longo dos anos, elas acabam levando ao caminho das ressalvas. De maneira que eram essas as considerações que eu acho procedentes, fazendo serenamente, conscientemente, porque todos estamos absolutamente objetivando o mesmo final, que é exatamente o melhor índice de desenvolvimento humano para a população do nosso Estado.

Então, eu quero, ao final, para não me alongar mais, porque cada tema que a gente puxa aqui, vendo, inclusive, uma plateia recheada de especialistas do Estado, que sei das preocupações que têm, são apenas lembretes que a gente se acha na obrigação de fazer, eu vou concordar com o eminente Presidente, encaminhando parecer prévio com a nossa manifestação favorável, e desejando, sinceramente, que tudo aquilo que o Tribunal adota e recomenda possa vir a ser observado com a presteza que o ilustre Relator falou para que a gente possa, no ano que vem, quem sabe, analisar novas contas, e que tenhamos menos recomendações a fazer.

Quero, portanto, me congratular com a equipe técnica do Estado, de todos os Poderes, do Tribunal de Contas e, finalmente, declarar que acompanho o relatório do eminente Relator.

Cons^o. Nelson Luiz Teixeira Chaves

Voto da Excelentíssima Senhora Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira:

Excelentíssimo senhor Presidente deste egrégio Tribunal de Contas e Relator destas contas do Governo neste momento, Conselheiro Cipriano Sabino.

Excelentíssimo senhor Conselheiro Luis Cunha, neste ato preside esta sessão; Excelentíssimos senhores Conselheiros Nelson Chaves, André Dias, nossa saudação à digna Procuradora, doutora Rosa Egídia Crispino, que neste ato representa nosso Procurador Geral, doutor Antonio Maria Cavalcante.

Nós saudamos também ao Excelentíssimo senhor doutor Roberto Amoras, Auditor Geral do Estado, neste ato representando ao Excelentíssimo senhor doutor Simão Jatene, digníssimo Governador do Estado do Pará.

Na pessoa do Excelentíssimo senhor doutor José Tostes Neto, Secretário de Estado, Saudamos todos os secretários que também os acompanham neste momento e ao senhor Diretor de Gestão Contábil, doutor Hélio Góes, que ainda há pouco comentava que o doutor Hélio sempre, há muitos anos, participa, em nome do Governo do Estado, das contas ativamente.

Sempre que esta Corte aciona ao Governo no sentido das informações, doutor Hélio está sempre atento e presente na sua vasta experiência de contas de Governo.

Eu gostaria de dizer ao nosso Presidente, Conselheiro Relator destas contas, é com grata satisfação que registramos o empenho de Vossa Excelência na apreciação de contas de Governo relativas a 2012, de Sua Excelência, o senhor Governador do Estado, doutor Simão Robison Oliveira Jatene. Novamente esta Corte de Contas cumpre a sua missão constitucional, consubstanciada no art. 16, I, da Constituição do Estado, antes mesmo do prazo albergado pelo art. 95 do nosso Regimento Interno desta Corte de Contas.

Isso já vem se tornando a praxe – a que esta Corte cumpra este dispositivo antecipado.

Fazendo um cotejo da apreciação das contas de Governo, denota-se que não é a primeira vez que Vossa Excelência figura na relatoria da mesma, e que só vem a ratificar sua dedicação e empenho com a coisa pública, sem esquecer também do relevante e indispensável papel do nosso Ministério Público de Contas, esse grande parceiro do Tribunal de Contas do Estado. Gostaria de também, na pessoa de Vossa Excelência, parabenizar a valorosa equipe de servidores, que, com a mesma competência, contribuiu para o desempenho da nossa maior atribuição constitucional.

A todos vocês, em nome do Presidente, em nome do doutor Valino, estendemos nossos parabéns a essa equipe valorosa do Tribunal de Contas do Estado. Também parabenizamos a equipe de Governo pela sua dedicação, pelo seu trabalho, e gostaríamos de dizer que acompanhamos na íntegra o voto prolatado pelo Excelentíssimo senhor Conselheiro Cipriano Sabino de Oliveira Júnior por considerar que a mesma está de acordo com os princípios norteadores do Direito e da Contabilidade aplicadas na administração pública estadual. Este é o nosso voto.

Belém, 27 de maio de 2013.

Cons^a. Maria de Lourdes Lima de Oliveira

Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro André Teixeira Dias:

Quero pegar emprestados os cumprimentos já feitos pelos demais Conselheiros e ir diretamente à análise do relatório e do voto do Conselheiro Cipriano Sabino.

Inicialmente, queria dizer que o Tribunal tem procurado, ido à direção de especialização, e, por isso, quando colocou o Conselheiro Nelson Chaves a alteração do Regimento, onde o Presidente passa a relatar as contas dos Poderes – inclusive do Governador –, é para que forme uma equipe que esteja em contato permanente com aquelas contas, e que seja quem for o Presidente, aquela equipe, a cada ano, entenda mais do que está fazendo.

Então, esta equipe que preparou este relatório, aos que estão há mais tempo, a gratidão pela capacidade de expor aos que estão chegando, mais novos, os conceitos até então formulados, e aos mais novos meus cumprimentos pelo empenho e o desafio de que, a cada ano que se passe, passem a ser mais exatos em contribuição com os interesses do Estado do Pará.

Doutor Amoras, deve também a sua equipe ao Estado os nossos cumprimentos com relação à dedicação para que essas contas sejam cada vez mais claras, mais precisas, e que números como Vossa Excelência trouxe, de comparação com os demais Estados do país, onde coloca o Estado do Pará, em relação às suas contas, em uma posição de conforto relativo aos demais, isso sirva de estímulo e exorte-os para que não simplesmente se satisfaçam na condição de estar melhor do que os outros, mas ser sempre o melhor possível.

As contas públicas, no nosso país, elas nunca foram muito levadas a sério.

Talvez porque nós não temos o costume de fiscalizar sequer o nosso condomínio. Mas o dinheiro público é fruto do trabalho e do suor de muitos, de todos nós, e eles podem refletir a qualidade do futuro – o nosso e das próximas gerações –, porque a tarefa do Estado na condução desse futuro, ela é determinante.

Não só como moderador das relações, da resolução aos conflitos, mas, finalmente, de estímulo e de direcionamento dos investimentos, sejam eles econômicos ou sociais.

As decisões tomadas agora influirão nos próximos anos, nas próximas décadas. O que vai nos determinar se seremos ou não um país mais justo, igualitário amanhã, a decisão está sendo feita agora.

Por isso, quero que o senhor leve não somente a Sua Excelência, o Governador, mas especificamente a cada um daqueles que fazem a administração pública do Estado do Pará, que o Tribunal de Contas não assumirá nunca a posição de um cobrador ou um punidor, mas sim de um companheiro, mas um companheiro que vá esperar que haja, da parte do Estado, a dedicação que Vossa Excelência tem demonstrado.

No que nós falamos sobre as recomendações, recomendações não são reclamações; recomendações são, sim, a forma com que o Tribunal tem de dizer "olha, pode melhorar". E o "pode melhorar" significa "vamos melhorar". Naquilo que o Tribunal puder contribuir para que a administração pública do Estado alcance este resultado, nós estaremos à disposição.

E se estas recomendações, elas forem, de alguma maneira, tão exigentes, era interessante que o próprio Poder Público dissesse: "Olhe, será que nós não podemos estabelecer um prazo para que as recomendações sejam alcançáveis? Porque um ano, de repente, não é suficiente para isso".

Fundamentalmente importante é que a transparência da coisa pública seja, não um esforço, mas uma realidade, uma coisa normal, como tomar café da manhã, almoçar, pentear o cabelo, escovar os dentes. O exercício da transparência é importante. Assim se confirma a democracia.

Conselheiro Cipriano Sabino, Vossa Excelência, na Presidência, tem se comportado como um Presidente que terá marcado história neste Tribunal. E na relatoria das contas, teve a sabedoria de colocar as palavras certas, buscando ser justo para com o esforço daqueles que estiverem envolvidos nela, seja por parte do Tribunal, seja por parte do Estado.

Por isso, a proposta de Vossa Excelência, na minha avaliação, merece, da minha parte, o acompanhamento. Assim seja.

Belém, 27 de maio de 2013.

Cons^o. André Teixeira Dias

Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Luis da Cunha Teixeira:

Eu queria, neste momento, primeiro, cumprimentar e parabenizar o Conselheiro Cipriano Sabino, Relator desta matéria, e estes cumprimentos e parabéns extensivos à equipe.

Conheço a equipe, tive a honra de contar com a maioria dos membros dessa equipe no ano anterior, quando eu estava na condição de Relator. Então, parabéns à equipe técnica do nosso

Tribunal, que ajudou o Presidente na relatoria das contas de Governo.

Também cumprimentar, em nome do representante do Governador, doutor Roberto Paulo Amoras, Auditor Geral do Estado, toda a equipe de secretários e membros do Governo do Estado do Pará, primeiro pela consideração de estarem aqui, participando desta sessão, representando o Governo do Estado. Vejo o encontro da nossa equipe técnica com a equipe técnica do Governo.

Como disse o doutor Amoras, essa sinergia é importante acontecer em prol da sociedade.

Mas, antes de manifestar meu voto, darei ênfase a um comentário feito pelo eminente Conselheiro Nelson Chaves. O que ocorreu há uma semana no município de Santarém o encontro do nosso Tribunal de Contas com o Tribunal de Contas da União.

E, neste encontro, os dois Presidentes estavam trabalhando. Daqui do nosso Tribunal, foi o eminente Conselheiro Cipriano Sabino, Presidente desta Corte, com a Conselheira Lourdes Lima. E da parte do Tribunal de Contas da União, o próprio Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes.

Houve deslocamento que eles passaram três horas dentro de um barco. Eles foram lá na ponta, no meio da floresta, na comunidade ribeirinha. Isso por conta de uma parceria realizada em todo o Brasil: Tribunal de Contas da União e Tribunais de Contas dos Estados – o nosso no meio –, uma auditoria sobre o meio ambiente, principalmente dando ênfase para a questão da sustentabilidade.

Mas tem uma outra em andamento. Também uma grande parceria, uma auditoria compartilhada: Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado do Pará, sobre a educação, especificamente sobre o ensino médio no Brasil.

O Tribunal de Contas da União, junto com os Tribunais Estaduais, vai mostrar ao Brasil um diagnóstico da educação. E também, o que está chamando a atenção é por que a educação, que recebe um volume significativo de recursos, não consegue apresentar um bom resultado.

Essa auditoria tem essa finalidade. E, para a minha satisfação, eu tive a honra de receber essa missão de coordenar, no Estado do Pará, a auditoria sobre educação. Certamente, Presidente, em breve, vai ser uma enorme contribuição que vamos dar ao Governo do Estado do Pará e à sociedade, como também já está sendo pensado pelo Tribunal de Contas da União construir uma outra parceria com os nossos Tribunais para tratar do tema "saúde pública".

E, pelo que eu entendi, Presidente, isso é um caminho sem volta. É um caminho sem volta. As parcerias vão acontecer. E o que é que nós queremos, na verdade? É exercer melhor, bem, o Controle Externo, em benefício da sociedade, sem querer afrontar, como disse o Conselheiro André Dias, perseguir, atrapalhar – pelo contrário – parceiros da boa gestão, do bom resultado em favor da população.

Então, Presidente, já cumprimentei Vossa Excelência e equipe, eu quero dizer que, ao analisar o relatório apresentado, eu pude comparar com o do ano anterior, tive a oportunidade de aprender um pouco mais.

Realmente eu fiz até elogios à equipe e à equipe do Governo, que sempre esteve disponível para apresentar os esclarecimentos que a gente pedia, e eu também reconheço o esforço do Governador Simão Jatene para fazer o melhor.

A gente sabe que é um Governo que tem controle nos gastos, e que as recomendações são importantíssimas porque não tem como o Governador Simão Jatene controlar tudo sozinho.

Ele tem que compartilhar isso com os seus auxiliares, seus secretários. E nem sempre todos falam a mesma linguagem, até por conta do viés político – a gente compreende isso.

Mas, no geral, a gente sabe que o Governo está atento e tem o controle da situação. Portanto, Presidente, o meu voto: eu acompanho Vossa Excelência, o parecer prévio recomendando à Assembleia Legislativa a aprovação das contas do Governo do Estado pertinentes ao exercício financeiro de 2012.

PORTARIAS DIVERSAS

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 532968

PORTARIA Nº 27.620, DE 09 DE MAIO DE 2013

CONCEDER à servidora LINDINÉA FURTADO VIDINHA, Assessor Técnico de Nível Superior TCE-CPC-200 NS 02, matrícula nº 0100852, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, nos termos do artigo 88 da Lei nº 5.810/94, no período de 23-04 a 19-10-2013.

PORTARIA Nº 27.621, DE 09 DE MAIO DE 2013

CONCEDER à servidora PALOMA MORGADO MENDONÇA, Assessor Técnico Administrativo TCE-ATNS-607 Classe A Nível 01, matrícula nº 5418605, 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 81 da Lei nº 5.810/94, no dia 25-04-2013.